Visão geográfica do Brasil atual: estado, crises e desenvolvimento regional

Armen Mamigonian, USP e IIRangel

1. Introdução

No pensamento chinês a ideia de crise está associada à ideia de desafio, à ideia de oportunidade. O Brasil já passou por muitas crises e conseguiu superá-las e por isto precisamos decifrar a crise que estamos vivendo e a maneira de superá-la. A geografia teria um papel a desempenhar neste desafio?

A geopolítica e a geografia econômica foram importantes ao longo do século XIX e XX na busca do conhecimento dos problemas mundiais, nacionais e regionais, como provam os trabalhos clássicos de J. Gottmann ("La politique des États et leur géographie", 1952) e de J. Chardonnet ("Métropoles économiques", 1959). Deve-se lembrar que os temas de geoeconomia e geopolítica sempre interessaram aos militares, economistas, diplomatas e outros. Golbery do Couto e Silva caracterizou com sucesso a regionalização brasileira decorrente da industrialização impulsionada pela revolução de 1930, dando destaque ao "triângulo" São Paulo-Rio-Minas ("Aspectos geopolíticos do Brasil", 1957). P. Krugman discutiu as mudanças nas relações centro-periferia em vários países nas últimas décadas do século XX ("Geography and Trade", 1992), assim como o competente diplomata A. Porto de Oliveira acompanhou as mudanças da geopolítica do petróleo no mundo ("Nos porões da crise de energia", 2015).

2. A geografia em seu labirinto

A geografia econômica e a geopolítica, tão importantes até meados do século XX, foram sendo descartadas, de maneira irresponsável, pelos sucessivos modismos que nos acometeram, começando pela pretensiosa geografia "teorética" de F. K. Schaefer ("Excepcionalism in geography", Annals of AAG, 1953), que propunha, entre outras novidades, substituir a pesquisa empírica, fundamental para os geógrafos desde Humboldt, pela matematização, que não passou de um simples empirismo abstrato. A "teorética" foi por sua vez substituída por outros modismos, como um certo marxismo de salão, nada sério, seguido pela "globalização" e pela geografia cultural, ambas patrocinadas pelo imperialismo norte-americano, em grande ofensiva nos anos 1980-90. A antropologia cultural foi supervalorizada com o

---

Agradeço a ajuda de M. Graciana Espellet de D. Vieira e Ana G. Mamigonian.

objetivo de substituir o marxismo nas ciências humanas, descartando as ideias de luta de classes e de imperialismo, como assinalou T. Eagleton (“Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós modernismo”, 2005). A “globalização”, sua irmã gêmea, propagou um falso “mundo sem fronteiras”, proposta adotada com entusiasmo por D. Harvey e H. Capel entre os geógrafos.

Se não bastasse esta sucessão de modismos estéreis, a geografia passou por outros processos perniciosos: 1) a separação entre geografia e história, disciplinas irmãs até meados do século XX; 2) O distanciamento entre geografia humana e geografia física, que haviam se relacionado de maneira frutífera até então e 3) a substituição do estudo dos processos concretos que dão origem aos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela ênfase na espacialização destes fenômenos. Estas doenças atingiram mais gravemente a geografia humana, que não assumiu seriamente o paradigma de formação social e felizmente menos a geografia física, que percebeu a importância da ideia de geo-sistema.

O excesso de modismos provocou forte crise de identidade na geografia e diminuiu sua capacidade de analisar os problemas mundiais, nacionais e regionais. No Brasil as dificuldades se agravaram em decorrência da inserção passiva na chamada “globalização”, diminuindo nossa soberania, impondo a desindustrialização e introduzindo o “pensamento único”, o chamado consenso de Washington (B. Kocher: “Globalização: atores, ideias e instituições”, 2011). Os resultados desastrosos na economia brasileira acabaram se manifestando nas diversas regiões, incluindo a ideia de separatismo no Sul do Brasil.

Diante da crise da geografia na segunda metade do século XX é indispensável rever as propostas que definiram sua gênese, o percurso vitorioso até meados do século XX e a possibilidade de retomar a sua verdadeira identidade.

3. Gênese e peculiaridades da geografia moderna

Como se sabe, a geografia moderna originou-se da filosofia clássica alemã, diferentemente da ciência política nascida com Maquiavel e da economia política de A. Smith, nascidas antes. Outras ciências surgiram, como a sociologia, a antropologia, a etnografia e a psicologia entre as ciências humanas, além da geologia, biologia, pedologia e meteorologia entre as ciências naturais. A explosão de novas ciências foi uma grande conquista do pensamento humano e resultou do longo processo de ascensão da burguesia europeia na sua luta para substituir o feudalismo e para conquistar o mundo. Esta obra gigantesca, mas de altos custos humanos, recebeu a admiração de Marx e Engels (“Manifesto comunista de 1848”), que profetizaram sua decadência e superação.

O que distinguiu a geografia das demais ciências, que eram todas especializadas, como seus nomes explicitavam? A primeira vista deve-se

dizer que a geografia nasceu ao mesmo tempo como ciência da natureza e ciência da sociedade, como assinalou De Martonne (“Tratado da geografia física”), ao apontar os fenômenos físicos, biológicos e humanos na superfície da Terra como nosso campo de estudo, objeto gigantesco.

Para se entender o cerne da questão é importante lembrar a geografia e o marxismo como frutos diretos da filosofia clássica alemã, com visão dialética e de totalidade de toda a natureza e de toda a sociedade. Kant lecionou geografia física durante muitos anos e Hegel escreveu páginas luminosas sobre o papel da geografia na história humana. Assim, geografia e marxismo não podiam ter visões especializadas, mas sim realizar corte transversal em todas as ciências naturais e humanas, com um pé na sociedade e outro na natureza, peculiaridade que nenhuma outra disciplina se propôs. Para os geógrafos inspirados em Kant, como A. Hettner (1859-1941), a identidade da geografia como ciência de integração era evidente, pois ela atravessava em diagonal as ciências especializadas, ao invés de confinar paralelamente com elas (R. Hartshorne: "The nature of geography", 1939).

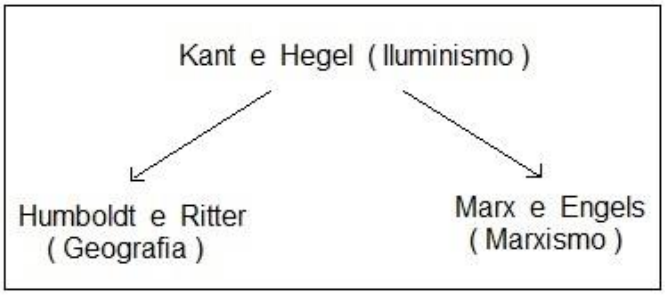

Fig. 1 – A geografia e o marxismo tem forte parentesco, como frutos da filosofia clássica alemã.

Em vista das contradições inerentes à sociedade europeia, a geografia criada por Humboldt e Ritter acabou elaborando uma visão conservadora do mundo, enquanto o marxismo propôs uma visão revolucionária (Raquel M. F. Amaral Pereira: “Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna”, 1989). Independentemente de seus vínculos de classe, estas duas visões do mundo mantiveram-se próximas por muito tempo.

Humboldt percorreu e analisou os diferentes níveis clímato-botânicos nos Andes setentrionais e em cada nível analisou as atividades exercidas pelos homens. Concluiu que a natureza se organizava em sistemas, mesmo sem usar a expressão geo-sistema. Descobriu, antes de Darwin, que nos Andes alguns fenômenos datavam de milhões de anos, como os depósitos de sal nas proximidades de Bogotá. Frequentemente Humboldt é apontado apenas como naturalista, esquecendo-se das viagens realizadas em Cuba e no México coloniais, estudados como formações econômico-sociais específicas, resultando em magníficos trabalhos de geografia humana, que ele chamou de Ensaios políticos. Os cubanos, com razão, consideram Humboldt o segundo descobridor de sua pátria. Assim sendo, considerar Humboldt apenas como naturalista e afirmar que a geografia nasceu positivista é um dos equívocos estéreis, nascido dos modismos, como em A. C. Moraes (“Geografia: pequena história crítica”, 1983). É importante lembrar que Humboldt, em sua genialidade, definiu duas entradas distintas na pesquisa

geográfica: 1) geo-sistema para o estudo da natureza, como nos Andes e 2) formação social para o estudo da sociedade, como em Cuba e no México, ambas interpenetradas, como procurei explicitar no artigo em homenagem a Milton Santos (“A geografia e a formação social como teoria e método”, em “O mundo do cidadão, um cidadão do mundo” org. M. Adélia A. Souza, 1996).

Vale a pena insistir em alguns pontos importantes que devemos considerar sempre: 1) o parentesco entre geografia e marxismo possibilitou vários diálogos, nem sempre explicitados; 2) a tarefa da geografia de estudar fenômenos físicos, biológicos e humanos na superfície da Terra é muito importante, mas gigantesca; 3) esta tarefa gigantesca exige a realização de cortes diagonais nas ciências da natureza (geo-sistemas) e nas ciências humanas (sistemas sociais); 4) a geografia geral, encarregada de produzir nossas teorias, tem em seu nível mais alto estes dois paradigmas fundamentais, enquanto a geografia regional, isto é, os estudos das realidades concretas, nas mais diferentes escalas, exige uma teoria para as especializações, como no caso das análises geopolíticas, por exemplo, um rigoroso cruzamento entre geografia, história, economia e política, pelo menos.

4. Evolução da geografia moderna: avanços e recuos

O parentesco entre geografia e marxismo provocou aproximações e distanciamentos, conforme as conjunturas políticas. O marxismo acrescentou à sua raiz filosófica alemã a ideia da importância da ciência econômica, se colocando ao lado dos trabalhadores, em vista do crescimento da burguesia europeia, que provocava o acirramento da luta de classes. Assim, o marxismo criou uma visão europeia do mundo, enquanto a geografia também criou uma visão do mundo, mas a partir da sua origem alemã. Ao se expandir deu origem a várias escolas geográficas nacionais, na França, na Inglaterra, EUA, etc, todas apoiadas pelos seus respectivos Estados, e bastante consolidadas no final do século XIX, com mais de uma centena de professores universitários de alto prestígio na Europa: 32 na Alemanha, 22 na França, 16 na Rússia, 14 na Áustria, 9 na Itália, 6 na Grã-Bretanha e 6 na Suíça, além de 3 nos EUA, totalizando 121 docentes, conforme G. Tatham (“A geografia no século XIX” BG n. 157, 1960). Enquanto isto, o marxismo se expandia em organizações políticas internacionais, cujos braços na Alemanha e na França eram os mais importantes, mas com surpreendente crescimento na Rússia e assim com presenças nacionais semelhantes às da geografia.

As temáticas da geografia humana se assemelhavam às do marxismo na ênfase dada à economia e também à geopolítica sobretudo nas escolas alemã, inglesa e norte-americana. Geografia e marxismo também procuravam descrever e interpretar o mundo todo, como o “Kosmos” e os “Quadros da natureza” de Humboldt, a “Nouvelle géographie universelle” de E. Reclus, anarquista e discípulo de K. Ritter, a gigantesca “Géographie Universelle”, organizada por La Blache, “La Tierra y la economía

mundial”, organizada pelo alemão R. Lütgens, os “Recursos e industrias del Mundo”, de E. W. Zimmermann, publicado nos EUA, etc.

Os avanços paralelos da geografia e do marxismo obrigaram suas lideranças a enfrentar os perigos da doutrinação, que levava ao desligamento da realidade. Marx criticou o determinismo econômico, enfatizando que “o concreto é a síntese de múltiplas determinações, é a unidade do diverso”. De maneira semelhante, A. Cholley criticou o determinismo geográfico, defendendo a ideia de combinações geográficas, lembrando que 1) os fenômenos físicos resultam de combinações simples (temperaturas, ventos, etc), capazes de organizar domínios físicos, enquanto 2) os fenômenos biológicos dão origem a combinações mais ricas, pois acrescentam aos fenômenos físicos os biológicos (solo, vegetação, etc), organizando os meios biológicos e 3) os fenômenos humanos (indústrias, cidades, etc.) são combinações complexas, integrando fenômenos físicos e biológicos aos humanos e assim organizam regiões, nações e o mundo ("Observações sobre alguns pontos de vista geográficos” BG n. 179 e 180, 1964). Isto quer dizer que a ideia geográfica de combinações equivale à ideia marxista de múltiplas determinações.

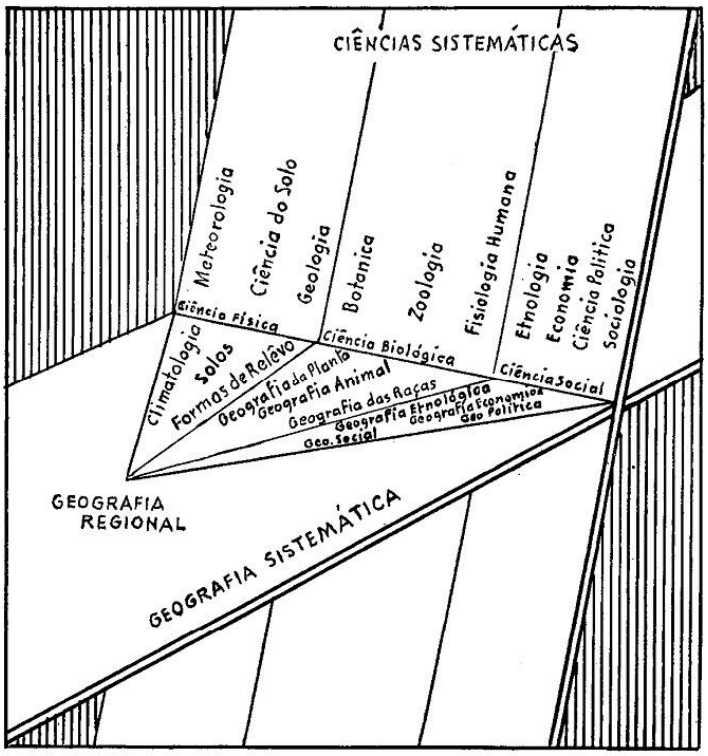

Fig. 2 – Diagrama sugerindo o caráter especial da geografia como ciência integrante que atravessa em diagonal as ciências sistemáticas, ao invés de confinar com as mesmas (Segundo Hettner, p. 323 de “Natureza da Geografia”, de Hartshorne).

A geografia, a história, os romances regionais brasileiros igualmente realizam cortes transversais nos conhecimentos especializados. O geógrafo alemão Hettner foi muito feliz em defender esta visão, como herdeiro de Kant, que lecionou geografia física na antiga Prússia.

A geografia nasceu dialética e na prática também materialista, o que explica sua aproximação com o marxismo, como se percebe na geografia agrária, por exemplo. Leo Waibel, o grande geógrafo alemão, criou discípulos nos EUA, no Brasil e em outros países, tendo aplicado a ideia do “Estado isolado”, com áreas concêntricas ao redor da cidade-mercado, cultivos intensivos próximos à cidade e mais extensivos nas áreas distantes (“A lei de Thünen e sua significação para geografia agrária” BG n. 126, 1955). As ideias de Von Thünen, lavrador alemão do início do século XIX, se aproximam às de Marx, para quem no capitalismo ocorre a tendência à equalização das taxas de lucro, o que quer dizer que o preço maior das terras nas proximidades da cidade força a exploração mais intensiva, para compensar seus preços mais altos.

Os estudos agrários de L. Waibel, P. Monbeig, A. Cholley, entre outros, fizeram grandes avanços, o que explica a alta qualidade da produção de O. Valverde, N. Lecocq Müller, P. Petrone, F. Salgado e outros. Os modismos recentes reduziram grande parte da geografia agrária a textos pobres e inconsistentes, inclusive se negando a estudar os agronegócios, que tornaram o Brasil e a Argentina grandes exportadores mundiais e que são fundamentais para entender o Brasil atual e as regionalizações agrárias de nossos países.

Além do rico parentesco com o marxismo, a geografia também tem com a história outro importante parentesco. Afinal, Heródoto foi o pai tanto da geografia como da história no seu esforço para entender a realidade grega de sua época, assim como o alemão K. Ritter e o francês La Blache foram originalmente historiadores. Até meados do século XX na França, no Brasil e em outros países os cursos universitários eram de Geografia e História, que se enriqueciam mutuamente. Por isto, R. Dion (“La part de la géographie et celle de l’histoire dans l’explication de l’habitat rural du Bassin Parisien” Soc. de Géographie de Lille, 1946) foi tão importante para a produção teórica de J. Tricart (L’habitat rural, CDU 1949), que não se limitou à simples espacialização, avançando no estudo da sua gênese, evolução e funcionamento. Estas observações são extensivas aos estudos sobre as cidades (L’habitat urbain, CDU, 1954).

No mesmo diapasão vale lembrar que os geógrafos europeus trataram de estudar todos os continentes e no caso da Ásia produziram ideias importantes: F. Von Richthofen se destacou decifrando o “Caminho da seda”, percurso da China até o Império Romano, assim como H. Mackinder, geopolítico inglês, apontou o pivô geográfico da história no coração do território asiático. Entre os franceses R. Dion (“Influência da geografia física sobre a evolução histórica da Europa”, Rev. História n. 2, 1950) deu a melhor explicação para as chamadas “Invasões bárbaras”: pastores manchus e mongóis, vitimados por secas prolongadas e impedidos pela Muralha da China, dirigiam-se ao Ocidente, forçando a migração das tribos germânicas para dentro do Império Romano, as "volkerwanderung” conforme os historiadores alemães. Como se sabe, a tese de P. Gourou (“Les paysans du delta tonkinois”, 1936) serviu de informação para os bombardeios norte-americanos no Vietnã, conforme denúncia de J. Dresch.

5. A geografia e seus desafios: ontem e hoje

Até aqui procuramos dar uma rápida visão do percurso vitorioso da geografia até meados do século XX e a crise destrutiva que se seguiu. Procuramos indicar, independente de saudosismo, sua rica identidade científica, seus avanços e conquistas no conhecimento do mundo natural e social, mas também os modismos destrutivos que se seguiram e seu esvaziamento em quase todos os países.

Nos EUA os últimos grandes geógrafos R. Hartshorne e C. Sauer tiveram vida ativa na primeira metade do século XX. Mesmo em posições divergentes, realizaram uma geografia de qualidade, ambos adotando uma visão genética dos fenômenos da natureza e da sociedade, conforme assinalou R. L. Corrêa ("Carl Sauer e a geografia cultural" RBG, 1989). Depois deles não surgiram geógrafos importantes e sobreveio a decadência da geografia, como apontaram R. Johnston e J. Sidaway ("Geography and geographers: Anglo-american human geography since 1945", 2016) e A. B. Murphy ("Geography's place in higher education in United States", 2010), provocando o fechamento dos cursos de geografia em Harvard (1948), Pensilvânia (1963), Stanford (1964), Yale (1967) e outra onda nos anos 1980 (Columbia, Chicago e outras). É provável que a novidade "teorética" de F. K. Schaefer, geógrafo alemão radicado nos EUA, prenunciasse esta queda lamentável.

O triste exemplo dos EUA repetiu-se mundo afora. No caso da França, que reunia alguns dos maiores nomes da geografia mundial em meados do século XX, como A. Cholley, M. Sorre, J. Dresch, J. Tricart e outros mais, cabe perguntar quais os atuais geógrafos de alto nível, exceção de G. Bertrand e um ou outro?

Linhas atrás lembramos que os grandes nomes da geografia agrária no Brasil não deixaram sucessores e o mesmo vale para os estudos ambientais, onde se consagraram mundialmente Aziz Ab'Saber, C. A. Figueiredo Monteiro e J. J. Bigarella. O fechamento do IBGE para a pesquisa geográfica, a extinção do Boletim Geográfico e as interrupções da Revista Brasileira de Geografia também foram desastrosos. Deve-se assinalar também que a AGB, a grande escola de formação dos geógrafos brasileiros desde a reunião de 1946 (Lorena-SP), perdeu velocidade após a última reunião de alto nível em 1964 (Poços de Caldas-MG). Também no Brasil realizou-se a última reunião importante da UGI em 1956 (Rio de Janeiro). Todos estes fatos confirmam a lamentável inflexão negativa da geografia.

Voltamos a insistir que logo depois a produção geográfica passou a depender das modas conjunturais, como o "marxismo de salão", reação à Guerra do Vietnã, mas sem compromisso com a verdade. Pular de galho em galho passou a ser o esporte preferido dos novos "gurus" da geografia: a geografia de boa qualidade passou a ser chamada de tradicional pelos moderninhos, que pularam para a "teorética", que foi substituída pelo marxismo de salão, que foi substituído pela "globalização" e pela geografia cultural, que foram substituídas pelo "novo imperialismo". Nesta sucessão de

modismos oportunistas a geografia se perdeu e sua crise é mais devastadora do que a das outras ciências.

Há, sem dúvida, uma crise geral das ciências no interior da crise do capitalismo e do mundo ocidental. Basta lembrar que após o percurso vitorioso do pensamento iluminista, que estimulou a ação dos "déspotas esclarecidos", como Frederico II da Prússia, que impulsionou o avanço das ciências naturais e humanas e que possibilitou a Revolução Francesa, iniciou-se na Europa um forte movimento contra-revolucionário, que se manifestou no campo filosófico no irracionalismo agressivo, nascido na Alemanha com F. Schelling e que acabou desembocando no nazi-fascismo, como apontou G. Luckács ("La destruction de la raison", 1954).

No caso brasileiro a famosa reunião da AGB em Fortaleza (1978) despertou esperanças de renovação da geografia, que não se confirmaram, pois a "jovem guarda" que liderou o movimento se mostrou mais interessada na carreira acadêmica e na ascensão social. Em São Paulo, a publicação de uma nova "Geografia do Brasil" (1995) surpreendeu pela ausência de Aziz Ab'Saber e C. A. Figueiredo Monteiro nas bibliografias, confirmando as ideias de H. Bloom ("A angústia da influência", 1991) sobre a crise da intelectualidade europeia, que acabou chegando ao Brasil.

A "jovem guarda" fluminense não se saiu melhor, pois os artigos de C. W. P. Gonçalves, R. H. Cosia, M. J. L. Souza e P. C. C. Gomes na Terra Livre (n.5, 1988 e n.7, 1990) mostraram que 1) os temas mais polêmicos, como a questão do imperialismo, desapareceram; 2) o marxismo de alguns deles foi substituído pelo pós-marxismo ou pelo anarquismo; 3) nas fontes não incluíram os geógrafos clássicos e valorizaram filósofos anti-marxistas como C. Castoriadis, que pulou do Partido Comunista para o trotskismo e daí para o anarquismo; 4) abraçaram temas mais leves, como os de gênero e descobriram que os índios da Amazônia têm sua própria geografia, como De Martonne havia dito dos polinésios.

Muitos membros da "jovem guarda" de S. Paulo e do Rio que antes não se interessavam minimamente pela geografia física repentinamente se tornaram "especialistas" em meio-ambiente, outra novidade importada, e alguns deles tentaram ganhar uns royalties de patentes da flora brasileira, pesquisada por empresas estrangeiras. Nada muito edificante...

Preocupante para os rumos da geografia foi o aparecimento de uma facção que se reunia sob o guarda-chuva da "espaciologia" de H. Lefebvre ("La production de l'espace", 1974), que nasceu do enfraquecimento da luta de classes na Europa e do avanço dos movimentos pela moradia (Amsterdã, Madrid, etc), inspirando sua proposta por uma "Internacional Situacionista", com menos adeptos do que a "IV Internacional". A "espaciologia" de H. Lefebvre deu continuidade à espaciologia implícita na proposta anterior de F. K. Schaefer e provocou animação entre alguns geógrafos, como fica evidente no estudo sobre o porto do Rio de Janeiro (dossiê "Portos, cidades, regiões" Confins, n.15, 2012), onde se estuda o espaço portuário em relação ao espaço urbano mais amplo, sem dar importância aos fluxos de importação e exportação, sem os quais não há espaço portuário.

Na verdade, a espaciologia invadiu a geografia em decorrência do medo que se apossou da geografia humana, diante do avanço das ciências próximas, como economia e a antropologia, provocando acovardamento e recuo, reduzindo a geografia à simples organização do espaço, uma das tarefas da nossa disciplina, mas cuja compreensão depende de tarefas mais importantes: o estudo cuidadoso da gênese, evolução e funcionamento dos fenômenos físicos, biológicos e humanos. Assim sendo, é possível pensar que com estas e outras propostas H. Lefebvre, importante filósofo quando jovem, tenha se deixado levar, com a idade, a algum tipo de megalomania.

6. A geografia poderá superar sua longa crise?

A resposta a esta questão deve considerar que Humboldt e Ritter, fundadores da geografia, bem como Marx e Engels, fundadores do marxismo, foram filhos da filosofia clássica alemã, filhos do iluminismo. A geografia e o marxismo, cada um a sua maneira, se propuseram a estudar a natureza como um todo e a sociedade como um todo, conhecimentos indispensáveis à interpretação da realidade, que hoje enfrenta excessos de fragmentações, que se tornam irracionais quando desprovidos de visão de conjunto.

Sinal positivo, tendo em vista o agravamento da questão ambiental, é a publicação recente do estudo de A. Wulf (“A invenção da natureza: a vida e as descobertas de A. von Humboldt”, 2016), mostrando que a obra de Humboldt influenciou intelectuais do porte de Darwin, Haeckel, Goethe, entre outros. A. Wulf dedicou-se com afinco ao estudo de Humboldt sobre a natureza, entendida como um sistema integrado, que culmina em áreas clímato-botânicas, mas não esqueceu dos seus estudos sobre a sociedade, também como um sistema integrado, como os ensaios políticos sobre a ilha de Cuba e sobre o reino de Nova Espanha. Alexander e seu irmão Wilhelm foram educados por pensadores iluministas no “amor pela realidade, pela liberdade e pelo conhecimento”. Apaixonado desde cedo pela natureza circundante foi perguntado por Frederico II, seu padrinho, se pretendia conquistar o mundo, como Alexandre, o grande, tendo respondido prontamente: “Sim, senhor, mas com minha cabeça.” Como filho do iluminismo, Humboldt criticava a escravidão e o colonialismo, além de simpatizar com as lutas de independência latino-americanas e com a democracia norte-americana, mas comparava os EUA a “um vórtice cartesiano, destruindo e reduzindo tudo a uma enfadonha monotonia”. Como se vê, Humboldt expressava uma visão política progressista. Será que E. Morin nunca tenha ouvido falar dele e de sua obra?

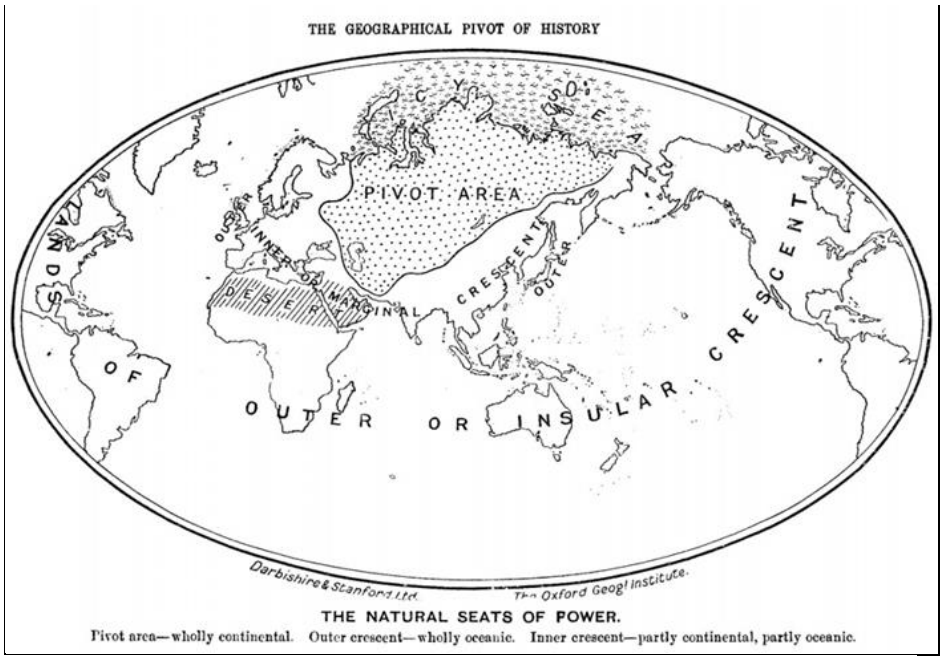

Fig. 3 – Mackinder, como outros geógrafos do final do século XIX e início do XX, percebeu a importância da geopolítica chamando a atenção para a relevância continental da Ásia como pivô do mundo.

As duas maiores ideias de Humboldt foram as descobertas de que a realidade concreta se organiza a partir de dois sistemas, que se completam, o sistema natural e o sistema social; isto é, as ideias de geo-sistema (e não apenas eco-sistema de Haeckel) e de formação social, os verdadeiros paradigmas da geografia. Infelizmente, estas ideias fundamentais de Humboldt não foram levadas suficientemente a sério. A brilhante geografia francesa, por exemplo, enveredou pela ideia de "região", baseada em limites naturais estabelecidos pelo relevo, como o caso do Maciço Central francês, mais atrapalhando do que ajudando as pesquisas. A melhor crítica a este enfoque partiu de G. Bertrand, geógrafo de formação marxista, que discutia suas ideias com A. Cholley, J. Tricart e outros, conforme M. M. Passos ("Uma geografia transversal e de travessia", 2007). G. Bertrand e V. B. Sochava, geógrafo soviético, cujas propostas passaram a ser ensinadas e pesquisadas nos cursos de geografia em Tiblisi, Moscou, Kiev, etc, reencontraram as ideias de Humboldt, o que deu novos rumos à geografia física e indiretamente à geografia humana. Curiosamente, Aziz Ab'saber, C. A. Figueiredo Monteiro e J. J. Bigarella, cada um à sua maneira, encontram o paradigma de geo-sistema.

Entretanto, a situação da geografia humana ficou mais complicada desde meados do século XX. Alguns componentes da "jovem guarda" brasileira não podiam admitir que "ontologicamente" fosse possível uma ciência com um pé na sociedade e outro na natureza, aderindo à tendência crescente de esgarçamento da geografia, em humana e física separadas. Não tinham a menor noção da antiga grandeza da geografia e nem estavam interessados em restabelecê-la, preferindo lançar modas irresponsáveis, que pudessem render uns trocados extras.

Deve-se lembrar que F. Braudel, que havia cursado geografia e história e pensado em fazer doutorado com De Martonne sobre a fronteira leste da França (Alsácia e Lorena), escreveu em 1947 um artigo no jornal O Estado de S. Paulo, elogiando o livro de M. Sorre sobre os fundamentos biológicos da geografia humana, mas ressaltando que “a geografia, na sua plenitude, parece-me ser o estudo espacial da sociedade ou para ir até o fim do meu raciocínio, o estudo da sociedade pelo espaço” pois sem isto não haveria geografia humana sólida (BG n. 71, 1949). No entanto, para a “jovem guarda” F. Braudel, geógrafo e historiador de formação, é colocado entre os “outros cientistas sociais”, quem sabe para fazer companhia aos Castoriadis e demais ex-marxistas (“Geografia: pesquisa e prática social”, 1990).

A geografia faz mais do que estudar o espaço da sociedade, pois estuda a sociedade no espaço. F. Braudel deu continuidade à obra de seus mestres M. Bloch e L. Febvre, próximos ao marxismo e fundadores dos “Annales d'histoire économique et sociale”. As relações estimulantes entre geografia e história também estiveram presentes no Brasil em Delgado de Carvalho (“O Brasil meridional”, 2016, original francês de 1910), em Josué de Castro (“A cidade de Recife”, 1954), Caio Prado Jr., nos seus brilhantes estudos sobre a cidade de São Paulo (Geografia AGB, 1935).

O esforço para superar a crise prolongada da geografia é, sem dúvida, tarefa de grande porte e deve procurar: 1) fortalecer os contatos com as outras ciências que a geografia corta transversalmente quando estuda a natureza até chegar à sociedade (geo-sistema) ou quando parte da sociedade até chegar à natureza (formação social); 2) melhorar as relações entre geografia humana e geografia física, como aparecia na rica coleção “Géographie humaine”, organizada por P. Deffontaines e também nos trabalhos brasileiros de A. Lamego, Josué de Castro, M. Correia de Andrade e outros; 3) restabelecer contatos com as ideias marxistas, sempre próximas às nossas. Esta tarefa gigantesca deve se despir de qualquer complexo de inferioridade, como no caso da transformação de um cientista de outra área de conhecimento em geógrafo de alta qualidade como J. Diamond (“O Terceiro chimpanzé” e outras obras importantes), mostrando que o percurso para reassumir nossa rica identidade é possível e indispensável.

7. A geografia e o paradigma de formação social

A ideia de geo-sistema que inspirou numerosos trabalhos de Bertrand e Sochava acabou tendo boa aceitação entre os geógrafos que se dedicam aos estudos dos fenômenos naturais. Mas a ideia de formação social, referente ao sistema da sociedade não teve até agora a mesma aceitação. A formação social tem raiz marxista, pensamento externo à academia e assim menos aceitável numa sociedade de classes, nem mesmo nos países socialistas. Nos primeiros tempos da geografia era mais fácil aceitar a ideia de civilização para substituir formação social, como para Vidal de La Blache, que também preferiu os gêneros de vida camponeses às relações de produção capitalistas. Décadas depois, integrantes da geografia humana influenciados

pelo marxismo como P. George, Y. Lacoste, W. Chrystaller e K. Wittfogel deixaram de realizar maiores esforços para sistematizar as ideias de modos de produção ou de formação social e preferiram depois renegar o marxismo.

Nos anos 1970-80, anos do marxismo de salão em vários países, era comum os adeptos da novidade se perguntarem se Marx havia escrito ou não geografia nos seus inúmeros textos, desconhecendo os capítulos sobre a acumulação primitiva, a teoria da colonização, etc, também “A questão meridional” de A. Gramsci.

Mal sinal daqueles tempos foi a pouca importância dada à proposta de “formação sócio-espacial” formulada por M. Santos. Apesar da ampla divulgação em Antipode e revistas europeias e latino-americanos o texto acabou não sendo debatido na USP, na UFRJ e não apareceu na bibliografia das disciplinas de metodologia da geografia. Mas também não se questionou o exagero de Milton Santos considerar a natureza como incorporada à sociedade, sem força independente, como comentei linhas acima.

Esta fuga ao debate era uma grave omissão, pois cada “marxista de salão” tinha vaidosamente sua proposta de análise da realidade e não se interessava em debater as propostas dos outros, com o perigo de valorizá-las. Com a passagem da moda os “marxistas de salão” tornaram-se pós-marxistas, ex-marxistas, ou anti-marxistas. Cada moda criava a sua “verdade suprema”, evitando o debate de ideias, que tanto interessaram a J. Brunhes ao defender seus pontos de vista frente a La Blache sobre a melhor maneira de realizar estudos regionais ou a F. Braudel ao analisar de maneira crítica as contribuições de Le Lannou ou de M. Sorre à geografia humana. Os debates desapareceram e as adesões oportunistas às novidades continuaram, como o endeusamento da “globalização” por D. Harvey e H. Capel, vendendo a ideia do desaparecimento das relações centro-periferia do mundo.

É indispensável à geografia humana estudar os “Ensaios” de Humboldt sobre Cuba e o México, jogados ao esquecimento, pois ele se preparou em Hamburgo nos estudos econômicos e de comércio internacional, tornando-se capaz de decifrar a vida social das duas colônias espanholas, como havia conseguido explicar a natureza dos Andes setentrionais. Além deste retorno à origem da geografia é preciso explorar o nosso parentesco com o marxismo, que de maneira objetiva caracterizou o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo como modos de produção, vale dizer relações de trabalho e forças produtivas, por vezes combinados em formações sociais concretas de cada país. Aliás, Marx no citado capítulo da acumulação primitiva e em alguns outros analisou a transição do feudalismo ao capitalismo, um exemplo de como o marxismo pode ajudar a geografia a aplicar o paradigma de formação social ou sócio-espacial como queria M. Santos, para entender o mundo, as nações e as regiões.

8. A formação social brasileira e suas especificidades

Para entender a realidade brasileira atual, sua crise econômica e política e seus efeitos nacionais e regionais é preciso conhecer as bases de nossa formação econômico-social. Infelizmente a proposta de "formação sócio-espacial" não prosperou na geografia, mas é preciso retomá-la na grave conjuntura brasileira atual. A análise da formação social é importante para todas as ciências humanas, mas enfrenta dificuldades pois envolve interesses de classe e de nações, o que explica a forte polarização entre esquerda, direita e centro entre os economistas.

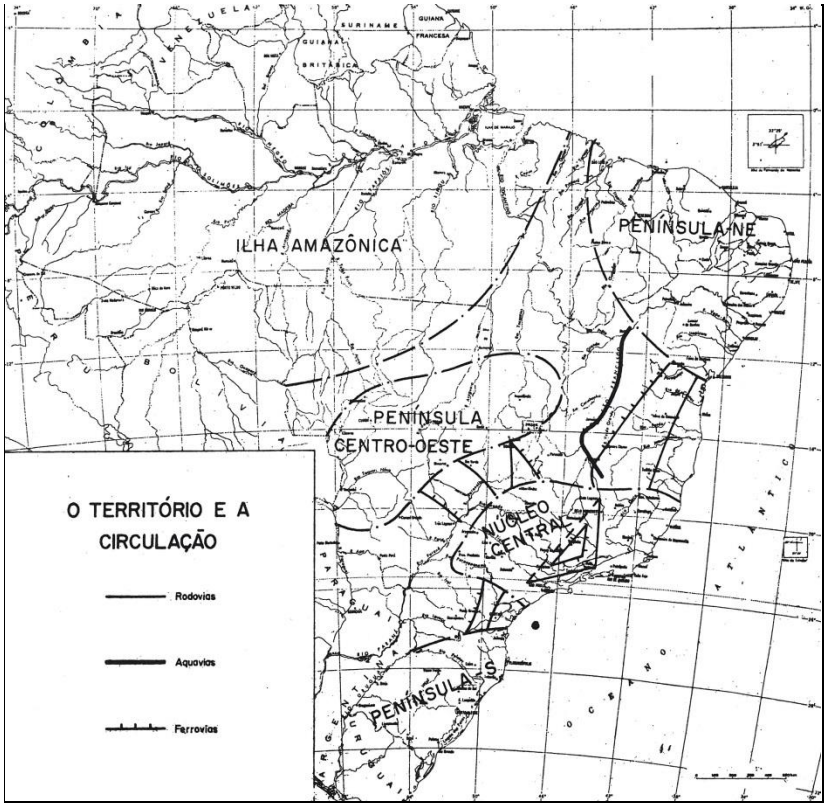

Fig. 4 – O general Golbery foi pioneiro em explicitar a divisão regional do Brasil com base na economia criada pela industrialização, destacando o "triângulo" central S.Paulo-Rio-M.Gerais, com nítida visão de formação sócio-espacial.

No Brasil, a Revista de Economia Política, fundada nos últimos anos da ditadura militar, escolheu como patronos Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Ignacio Rangel, o menos conhecido dos três. Entretanto, recebeu elogios de intelectuais independentes como Guerreiro Ramos (ISEB) e R. Bielschowsky (CEPAL), tendo sido aquele que assumiu a ideia marxista de formação social como combinação de modos de produção; isto é, de relações de propriedade e relações de trabalho específicas, que nem C. Furtado, nem C. Prado Jr. assumiram. Mas Ignacio Rangel tirou bom proveito de ideias criadas por C. Prado Jr. e por C. Furtado para sua interpretação do Brasil, extremamente original segundo Guerreiro Ramos e R. Bielschowsky ("Pensamento econômico brasileiro", 1988).

A formação social brasileira desde a independência até hoje tem se caracterizado por meias-revoluções; isto é, mudanças e continuidades numa relação dialética. C. Prado Jr. (“Evolução política do Brasil" 1933) foi o primeiro a ter a intuição desta característica ao analisar a escravidão no século XIX: 1) Tratado entre Portugal e Inglaterra de 1810 proibiu a entrada de escravos; 2) Lei de 1831 confirmou a proibição; 3) Lei Eusébio de Queiroz de 1850 proibiu de vez o tráfico, mas se fez acompanhar da Lei de Terras, que garantiu a transição para o latifúndio feudal; 4) Lei do Ventre-livre de 1871; 5) Lei dos Sexagenários de 1885; 6) Lei Áurea de 1888, que trouxe consigo a proclamação da República em 1889. Aliás, a transição da ditadura militar para a democracia recentemente foi feita de maneira “lenta, gradual e segura” com eleição indireta em 1985; isto é, com a mesma extração política do processo de extinção do escravismo no Brasil.

Por outro lado, Ignacio Rangel tirou proveito da ideia de C. Furtado (“A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento”, 1954) de que a industrialização iniciada com a Revolução de 1930 havia criado um polo de acumulação interno, como os existentes nos países centrais e que funcionava em ciclos decenais. Mas poucos levaram, como ele, às últimas consequências esta ideia importante, acoplada ao significado dos ciclos de Kondratieff, de cinquenta anos de duração, originários do centro do sistema capitalista. Assim, o Brasil cresceu continuamente, exportando nas fases expansivas e substituindo importações nas fases depressivas mundiais, diminuindo passo a passo a distância que nos separa econômica e tecnologicamente da Europa e dos EUA. Com sua coragem de sempre Ignacio Rangel criticou a visão estagnacionista de C. Furtado e de crise econômica de C. Prado Jr. a propósito do golpe militar de 1964 e insistiu no fato evidente de que Japão, URSS e Brasil foram os países que mais cresceram no mundo no período de 1930 a 1980.

A formação social brasileira, na visão de Ignacio Rangel (“História da dualidade brasileira” Rev. Ec. Pol. n. 4, 1981) produziu três meias-revoluções e pactos de poder: 1) Independência de Portugal, substituído pela Inglaterra e continuidade da escravidão; 2) Abolição-República, com o fim da escravidão e continuidade da Inglaterra; 3) Revolução de 1930, saindo a Inglaterra com a entrada dos EUA e continuidade do feudalismo. Estas mudanças ocorreram a partir de pressões da base da sociedade, mas assumidas por setores das classes dominantes, o que explica a presença de D. Pedro I, Deodoro da Fonseca e Getúlio Vargas, num processo de tipo bismarquiano “avant la lettre”, mas interrompido pela contra-revolução de 1990 de Collor e FHC.

9. Ignacio Rangel ajuda a explicar o Brasil

Como já se disse, Ignacio Rangel assinalou a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 1930 como rupturas e continuidades. A “solução portuguesa” para nossa independência garantiu a gigantesca dimensão territorial do nosso país, comparada à fragmentação da América espanhola,

territorialidade que coloca o Brasil na mesma escala dos EUA, do Canadá, da Rússia e da China.

Naquela época havíamos herdado uma relação regional entre o litoral exportador e o sertão pecuário voltado ao abastecimento interno em três áreas interioranas: o sertão do Nordeste, o Brasil central pecuário e o Pampa gaúcho, conforme Caio Prado Jr. (“História econômica do Brasil”, 1945), todos os três assumindo posturas nacionalistas, diante do litoral subordinado ao exterior. Assim, as tropas militares portuguesas na Bahia e no Maranhão, hostis à Independência de 1822, acabaram sendo expulsas por tropas sertanejas chefiadas pelos fazendeiros, como o avô de Castro Alves na Bahia, ou as tropas sertanejas do Piauí e do Maranhão. A Bahia comemora a Independência com a vitória em Dois de Julho de 1823 e homenageia seus heróis indígenas. O indigenismo passou a ser a ideologia do nacionalismo brasileiro, uma visão otimista das nossas qualidades diante do desafio vencido.

A Independência ocorreu em pleno período depressivo do ciclo longo (1815-1848). Os problemas regionais acabaram aparecendo sob um outro ângulo, pois nos anos 1830 o comércio exterior sofreu queda e assim diminuíram as receitas fiscais e passaram a ocorrer rebeliões regionais de norte a sul do Brasil, controladas com dificuldade pelas forças militares, mas também pela edição da Lei Alves Branco, que elevou as alíquotas cobradas pelas importações, aumentando as receitas e estimulando a produção interna, como assinalou N. V. Luz (“A luta pela industrialização do Brasil”, 1975).

Por sua vez a Abolição-República favoreceu o estado de São Paulo, alavancando a economia cafeeira que havia se tornado o motor da economia brasileira. Com as crises de superprodução foram criados planos de sustentação dos preços, no início financiados pelos Estados produtores, São Paulo principalmente, e mais tarde pelos impostos cobrados em todo território nacional. Enquanto o comércio internacional ia bem esse esquema funcionou, mas a partir de 1920-21 iniciou-se o período depressivo do ciclo longo, a queda das exportações e a sucessão de descontentamentos regionais e militares. Em consequência disto a política que controlava o Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, baseada no latifúndio voltado para o mercado interno, tomou o poder em 1930 e passou a liderar a industrialização brasileira, em sucessivas etapas de substituição de importações, de maneira semelhante à liderança de Bismarck na Alemanha do século XIX, conforme análise de Ignacio Rangel (“História da dualidade brasileira”, 1981). Note-se que Bismarck era da Prússia oriental, mas a região que mais cresceu foi a do rio Reno, assim como Getúlio era gaúcho, mas a industrialização paulista foi a maior beneficiada.

Da mesma forma que o indigenismo otimista substituiu o clima pessimista anterior à independência, o êxito da Revolução de 1930 substituiu a ideologia pessimista das “Três raças tristes” de Paulo Prado (“Retrato do Brasil”, 1928) pelos estudos nacionalistas e otimistas de G. Freyre, C. Prado Jr. e S. Buarque de Holanda, mesmo com posturas políticas distintas, pois o Brasil demonstrava sua capacidade de superar a crise em que se encontrava.

A exposição linhas acima pretende explicar porque após o golpe militar de 1964 C. Furtado passou a falar em estagnação da economia brasileira, C. Prado Jr. passou a apostar numa improvável reforma agrária, para realizar a "revolução brasileira", ambos insistindo no “atraso brasileiro”, enquanto Ignacio Rangel dizia que o atraso estimulava o dinamismo econômico, como ficou demonstrado até 1980. Mas é provável que C. Furtado e C. Prado Jr., entre outros, não tenham se sentido responsáveis pela aventura da luta armada, que resultou em tantas mortes inúteis de jovens brasileiros bem intencionados.

A interpretação da realidade brasileira construída pouco a pouco por Ignacio Rangel se inspirou inicialmente na leitura do “Manifesto comunista de 1848”, mas a derrota de 1935 obrigou a realizar uma auto-crítica que o PCB não conseguiu fazer, pois o Brasil estava crescendo sem nenhuma reforma agrária. Daí resultou sua aproximação das ideias leninistas, como a de que as revoluções na periferia capitalista seriam anti-imperialistas e anti-feudais, o que significa que as formações sociais periféricas têm dois polos, um interno e outro externo. Este foi o ponto de partida da sua visão de “dualidade”, como no exemplo do primeiro polo externo resultante da aliança dos comerciantes export-import brasileiros com a indústria inglesa, iniciada em 1808 e encerrada em 1930. A Revolução de 1930 deu origem a um novo polo externo, resultante da aliança entre os industriais brasileiros e os bancos norte-americanos, que resultou em rápida substituição de importações, crescimento acelerado sem reforma agrária.

Deve-se acrescentar que uma causa importante das rupturas de 1822, de 1888-1889 e de 1930 foi a necessidade de superar bloqueios, como o monopólio português, a baixa produtividade do trabalho escravo e a hostilidade inglesa ao crescimento da nascente industrialização brasileira. Assim, na visão marxista de Ignacio Rangel há ligação direta entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, que inicialmente facilitam a expansão, mas acabam, com o tempo, bloqueando-a, resultando daí a necessidade de superá-las.

10. O Brasil como potência emergente

Nosso país não surgiu do nada ao fazer parte dos BRICS, que reúne China, Índia, Rússia, África do Sul e o Brasil. Esta aliança de países de vários continentes está mudando a geopolítica mundial, monopólio dos EUA nas últimas décadas do século XX. A presença internacional do Brasil é antiga e se acentuou durante a 2ª Guerra Mundial e passou a fazer parte das preocupações do agressivo governo R. Reagan (1981-88), que havia resolvido enfrentar o desafio econômico crescente do Japão e o desafio geopolítico crescente da URSS. O Brasil, apesar de ser apenas uma potência regional, desafiava a presença econômica e política dos EUA na América Central e do Sul, havendo rompido o acordo militar Brasil-EUA, estabelecendo relações preferenciais com o Japão e a Alemanha e marcava

presença independente na África e outras regiões do mundo, como assinalou L. A. Moniz Bandeira (“Brasil-EUA: a realidade emergente 1950-1988”, 1990).

A Revolução de 1930 deu origem ao processo acelerado de industrialização, que tornou o crescimento brasileiro mais rápido que o argentino pois a oligarquia feudal exportadora paulista foi substituída pela oligarquia feudal gaúcha, voltada ao mercado interno. O Brasil se desligou da Inglaterra, enquanto a Argentina não se desligou, e com a queda brutal das exportações de café para os EUA e Europa fomos obrigados a restringir nossas importações, dando preferência às essenciais como trigo e derivados de petróleo, penalizando as supérfluas. Assim, pelo caminho do comércio externo iniciou-se o planejamento da economia brasileira, conforme O. Ianni (“Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970”, 1971).

Nos anos 1930 cessaram as importações de tecidos, calçados, bebidas, etc, substituídas pela produção interna e as importações de equipamentos garantiram o funcionamento das primeiras fábricas de cimento, ferro de construção, tintas, azulejos, etc. destinados à crescente urbanização do país. Note-se que o grupo Matarazzo não apostou tanto quanto o grupo Votorantim nestas novas substituições de importações e acabou pagando caro pela falta de visão estratégica.

Voltando à visão dos intérpretes da economia brasileira, vale lembrar que esta nova realidade explica porque Ignacio Rangel na prisão passou a duvidar da tese da III Internacional de que a reforma agrária era condição indispensável à industrialização e porque C. Furtado foi pioneiro em constatar o nascimento do polo dinâmico interno brasileiro, com ciclos de acumulação decenais, conforme análises de Ignacio Rangel (“Brasil, milagre e anti-milagre”, 1985). Estes ciclos de acumulação se sucederam num processo acelerado de substituição de importações até 1980, quando se concluiu o edifício industrial completo no Brasil, com mecânica pesada e engenharia pesada, equivalente aos edifícios industriais do centro do sistema capitalista. Esta obra começou em 1930 sob a liderança de Getúlio Vargas e foi concluída pela ditadura militar. Vale a pena relembrar que a indústria brasileira era insignificante no início do século XX, mas a Revolução de 1930, ao expulsar a Inglaterra do poder, incorporou automaticamente a indústria brasileira nascente como sócia minoritária do novo pacto do poder, mas prioritária na vida econômica nacional. A indústria paulista aderiu equivocada à contra-revolução de 1932, mas Roberto Simonsen, um dos seus principais líderes, logo voltou do exílio e participou ativamente em órgãos governamentais de comércio exterior e de política econômica. Desta maneira, Getúlio Vargas se projetou como o Bismarck brasileiro, ao acelerar a industrialização e ao criar a legislação trabalhista feudal eficiente.

O crescimento econômico teve sequência nos anos 1940 com o financiamento norte-americano à CVRD e à CSN, nos anos 1950 com a Petrobrás e o setor de bens de consumo duráveis, nos anos 1960 com a gigantesca construção imobiliária alavancada pelos bancos, escola maternal do capitalismo financeiro nacional e nos anos 1970 com a indústria pesada e a engenharia pesada, resultando em obras como a usina de Itaipu, a maior do mundo, a ponte Rio-Niterói, no pioneirismo da Petrobrás em águas profundas, no pioneirismo do Pró-álcool, na Embraer, na indústria de

armamentos, no início da ferrovia do aço, logo interrompida, etc, como assinalou Ignacio Rangel (“Brasil, milagre e anti-milagre”, 1985).

O Brasil, que ocupava o 17º PIB mundial em 1965, alcançou o 10º PIB em 1984, logo atrás da China que ocupava o 9º PIB, ultrapassando alguns países europeus como a Espanha, Suécia e Holanda. Assim, é possível pensar que o general Geisel talvez tenha sido o melhor discípulo de Getúlio Vargas, e como seu mestre foi inaceitável ao imperialismo norte-americano. Aliás, os EUA trataram de suspender os empréstimos ao Brasil e passaram a cobrar de maneira draconiana nossa dívida, provocando a violenta crise econômica do início dos anos 1980. Entretanto, o Brasil já havia emergido como potência regional e se tornado a 5a economia industrial do mundo, um feito extraordinário. Nosso percurso foi interrompido brutalmente nos anos 1990, mas retomado no governo Lula, o que explica nossa participação ativa no BRICS e no comando de órgãos internacionais importantes como a FAO e a OMC.

Por tudo isto, o Brasil, admirado no passado por intelectuais como Orson Wells e Stefan Zweig e nos últimos anos por intelectuais como Domenico De Masi e Edgar Morin, tem condições de reassumir seu destino, enfrentando os problemas atuais, como já enfrentou e superou os problemas do passado.

11. A geografia do mundo, dos países e das regiões

A análise do mundo, dos países, das regiões e mesmo dos lugares exige da geografia reassumir o antigo espírito realista que ela possuía até meados do século XX. Na verdade, para Kant e Hegel, como para Humboldt e Ritter e também para Marx e Engels, todas as coisas se relacionam entre si, e por isto, por exemplo, estudar um país concreto sem levar em conta sua inserção mundial e as regiões que o compõem seria o mesmo que tapar o sol com a peneira.

Para retomar o espírito realista de antigamente os geógrafos de hoje em dia precisam abandonar ou atenuar o individualismo doentio que tomou conta da intelectualidade do Ocidente, conforme análise de H. Bloom, acima citada. Não se deve embarcar facilmente em fantasias como as relações entre "global e local", hoje fora de moda, fruto das análises grosseiras publicadas nas revistas de administração de empresas norte-americanas da década de 1980, como T. Lewitt (“The globalization of markets”, Harvard Business Review, 1983), que deram suporte intelectual à política agressiva do governo R. Reagan.

Como se sabe, “O Capital” de K. Marx recebeu mais atenções na Rússia do que nos países da Europa ocidental. Na Rússia eram mais intensas as contradições de todas as ordens diante do feudalismo autocrático, da presença ativa do capital financeiro da Europa ocidental, dos problemas de um Estado multinacional, etc. Como leitor cuidadoso dos textos marxistas, V. Lênin talvez tenha sido o intelectual que melhor analisou as economias nacionais, não só a russa, suas inserções no mundo e as regiões existentes

dentro delas. Assim, algumas de suas obras permanecem de grande importância para as pesquisas atuais sobre estas temáticas, como por exemplo: “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria” de 1899 e “Imperialismo, etapa superior do capitalismo” de 1916.

Naquela época, como nos dias de hoje, estavam ocorrendo mudanças muito rápidas. No período depressivo mundial de 1873 a 1896, Inglaterra e França se precipitaram em novas conquistas coloniais na África e na Ásia, enquanto os EUA e a Alemanha se concentravam em novas invenções, eletricidade, combustíveis, linha de montagem, etc. Em 1902, o economista inglês J. Robson (“Imperialism: a study”) chamou a atenção ao expansionismo colonial acelerado e logo a questão do imperialismo passou a ser tratada por intelectuais críticos como R. Hilferding (1910), Rosa Luxemburgo (1913), N. Bukharin (1915), V. Lênin (1916) e J. Schumpeter (1919).

V. Lênin deu grande importância à ideia de capitalismo financeiro de R. Hilferding, mas deu ênfase maior às relações entre o capitalismo central e sua periferia colonial e semi colonial. Criticou o aburguesamento da “aristocracia operária” na Europa ocidental e de seu nacionalismo reacionário, assim como elogiou o nacionalismo revolucionário na periferia. Para V. Lênin, a luta anti-imperialista deveria ganhar prioridade em comparação aos conflitos entre operários e patrões nos países coloniais e semi-coloniais. Assim como o negro enxerga melhor o branco, a mulher enxerga melhor o homem, a periferia enxerga melhor o centro, o russo V. Lênin enxergou melhor a Europa ocidental, num belo raciocínio geopolítico.

Preocupado em entender com maior profundidade o capitalismo, V. Lênin incumbiu nos anos 1920 o estatístico N. Kondratieff de estudar os ciclos longos de acumulação em suas relações com as revoluções industriais, temática retomada nos anos 1930 pelos economistas G. Haberler e J. Schumpeter, e que continuam na ordem do dia. É possível dizer que V. Lênin e seus discípulos decifraram características importantes da economia mundial na fase imperialista: 1) os conflitos entre os países imperialistas, que deram origem às duas guerras mundiais; 2) a distinção entre imperialismos hostis à industrialização na periferia, como o inglês, e imperialismos que financiaram a industrialização no exterior, como o norte-americano; 3) os conflitos entre os interesses imperialistas opostos aos interesses das suas colônias e semi-colônias, que deram origem às lutas de independência, mas também às recolonizações; 4) a ocorrência de revoluções socialistas nos países periféricos, etc.

Os estudos sobre o imperialismo ajudaram a entender melhor a economia e a geopolítica mundial, bem como a relação das nações capitalistas, socialistas e periféricas com a realidade mundial. Assim também, o estudo de V. Lênin sobre a Rússia tsarista, acima apontado, ajudou a dar um salto qualitativo nas análises das realidades nacionais, partindo da formulação marxista de formação econômico-social. Estes textos de V. Lênin foram muito importantes, pois o pensamento marxista começava a perder vitalidade, particularmente na Europa ocidental, em decorrência de seu afastamento da realidade concreta. Eles ajudaram a entender a etapa imperialista nascente,

bem como as especificidades nacionais, enriquecendo a teoria e a prática marxistas.

"O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" é um estudo de economia, mas à maneira marxista, V. Lênin fez mais do que isto. Com base teórica sólida, realizou pesquisas de campo e documentais, estudou o processo histórico russo, além das realidades regionais referentes ao campesinato em Samara, Nijdi-Novgorod, etc, além da divisão regional do trabalho no campo (áreas de cereais, pecuária leiteira, fibras têxteis, etc), a distribuição geográfica da grande indústria e o papel das províncias periféricas na formação do mercado interno, entre outros temas.

Nesta obra V. Lênin, pela primeira vez, comparou os dois caminhos na transição do feudalismo ao capitalismo na economia rural, a via prussiana e a via americana. A primeira de cima para baixo e a outra de baixo para cima. Retomou e aprofundou este tema importante em 1908 na obra "O programa agrário da social democracia na primeira Revolução russa de 1905-1907", onde assinalou a existência destes dois caminhos na economia rural russa, lembrando que "na história econômica da Rússia aparecem com toda a clareza esses dois tipos de evolução" e acrescentou: "O centro agrícola da Rússia e suas zonas agrícolas periféricas nos indicam a distribuição geográfica dos lugares em que predomina a evolução agrária de um ou de outro tipo" ("Dois tipos de evolução agrária burguesa", na obra citada). Deve-se lembrar que várias, "periferias", no sul e no além Volga, foram formadas por camponeses cossacos, que fugiram do feudalismo rigoroso do "centro agrícola".

O mais impressionante nesta premonição de V. Lênin sobre a via prussiana e a via americana é a importância que estes dois caminhos assumiram na emersão do capitalismo nos diferentes países do mundo. A via americana foi o caminho revolucionário que a burguesia europeia adotou para derrubar o feudalismo, como a Revolução puritana inglesa do século XVII ou a Revolução francesa do século XVIII. Esta via deu origem à primeira leva de países capitalistas europeus, que assumiram o comando do mundo, conquistaram colônias e passaram a dificultar a ascensão de outros países ao centro do sistema capitalista. Enquanto a via prussiana foi a maneira que os países bloqueados encontraram, durante o século XIX, para obter soberania nacional, avançar no caminho capitalista e enfrentar as pressões externas dos países capitalistas que os antecederam e às pressões sociais internas dos camponeses e do operariado nascente. A via prussiana foi liderada pelos senhores feudais que se tornaram capitalistas, como na Alemanha, no Japão e mesmo na Itália, que sintomaticamente se aliaram durante a Segunda Guerra Mundial.

Por sua vez, a periferia colonial e semi-colonial foi se rebelando ao longo do século XX, também seguindo dois caminhos: a via revolucionária anti-feudal e anti-imperialista, como no caso da Revolução mexicana de 1910 e outras estimuladas pela Revolução bolchevique ou pela via prussiana, pela qual senhores feudais nacionalistas assumiram um certo grau de soberania frente ao imperialismo e lideraram o processo de industrialização capitalista, como no Brasil com a Revolução de 1930, na Coreia do Sul com a ditadura militar dos anos 1960, etc. Muitas dessas rebeliões foram abortadas pelas

contra-revoluções dirigidas pelo imperialismo e estas lutas continuam até hoje.

Pode-se dizer que as revoluções socialistas do século XX na URSS, China, Vietnã, Coréia do Norte, etc, as mais radicais de todas, foram obrigadas a combinar estas duas vias, nascidas pela via revolucionária, mas obrigadas a adotar algum tipo de via prussiana diante das invasões, destruições, grande atraso econômico e implacável cerco imperialista. Deve-se acrescentar que a corrida armamentista foi imposta a URSS antes e depois da Segunda guerra mundial, mas a China está conseguindo evitar esta imposição e direcionando a luta anti-imperialista para o campo econômico, político e ideológico como assinalei no texto "Capitalismo e socialismo em fins do século XX", Ciência Geográfica, 2001. Assim, é provável que a via prussiana socialista seja liderada pelo "Príncipe moderno", expressão de A. Gramsci.

A vitória da Revolução bolchevique e as ideias de V. Lênin influenciaram o pensamento de inúmeros intelectuais, sobretudo nos países coloniais e semi-coloniais. Um exemplo pouco conhecido é o de Li Dazhao, um dos fundadores do PC chinês, que em 1919 escreveu o artigo "Minhas concepções marxistas", onde desenvolveu a ideia da China como "nação proletária", afirmando que "o país inteiro foi gradualmente transformado numa parcela do proletariado mundial". A luta de classes interna deveria ser colocada em segundo plano, em favor da luta nacional contra o imperialismo, conforme M. Bernal ("Mao e a revolução chinesa", História do marxismo, volume 8, org. E. Hobsbawm, 1987). Li Dazhao lembrava que "nossa China é uma nação rural e a maioria da classe trabalhadora é composta de camponeses e se eles não forem libertados, toda nossa nação também não será libertada", indicando a necessidade da revolução camponesa sob a liderança do PC chinês (M. Meisner: "Li Ta-Chao and the origins of chinese marxism", 1967).

Na América Latina, o pensamento de V. Lênin influenciou vários intelectuais nos anos 1920, como o brasileiro Octávio Brandão e o peruano José Carlos Mariátegui, entre outros. O. Brandão iniciou em 1924 a redação de "Agrarismo e industrialismo", com o subtítulo de "Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil", onde discutiu o papel dos operários, camponeses e "tenentes" revoltosos naqueles anos, as rivalidades entre os imperialismos inglês e norte-americano, além de problemas regionais. J. C. Mariátegui como O. Brandão, mas com maior fôlego, tentou decifrar a realidade nacional de seu país e os caminhos a trilhar. Começou pela caracterização da economia, criticando o colonialismo-feudalismo implantado pelos espanhóis em prejuízo das populações indígenas, a grande maioria da população peruana naqueles anos. Não se esqueceu de abordar as questões políticas e regionais no capítulo "regionalismo e centralismo", bem como a produção intelectual desde a colônia até o século XX ("Sete ensaios de interpretação da realidade peruana", 1928).

De 1916 a 1926, A. Gramsci escreveu artigos sobre "A questão meridional", lembrando que em decorrência das lutas pela unificação nacional o governo da Itália havia passado às mãos da burguesia industrial do norte,

em aliança com os senhores feudais do sul, que conservaram o poder regional absoluto, inclusive os privilégios de casta no exército e na administração pública, à maneira prussiana. Para enfrentar esta dominação, A. Gramsci defendia a aliança entre operários do norte e camponeses do sul, combatia os preconceitos dominantes no norte sobre o papel negativo do sul em relação ao desenvolvimento econômico nacional, assim como os preconceitos no sul que via o norte como inimigo dos camponeses, mas também notava que a Itália meridional não era homogênea, apontando diferenças entre Sardenha, Púglia e Sicília.

Com o tempo, as ideias de V. Lênin, que influenciaram A. Gramsci e G. Luckács foram perdendo força na Europa ocidental, crescentemente conservadora, como previa o próprio V. Lênin. Deve-se lembrar que o marxismo-leninismo teve forte impacto mundial em várias conjunturas, com a vitória da Revolução bolchevique, com a crise de 1929-30, com a vitória do Exército vermelho frente ao nazismo, com a Guerra do Vietnã, com o fracasso da globalização e com a crise financeira de 2008. Cada impulso recebia a adesão passageira dos “marxistas de salão”, mas também ajudava a enriquecer o pensamento marxista. Isto quer dizer que as pesquisas geográficas atuais sobre a realidade mundial, sobre as nações e as regiões, feitas sob quaisquer ângulos dos interesses em jogo, sempre terão a ganhar com os conceitos de modos de produção e de formação econômico-social, que ajudam a entender o que é o imperialismo norte-americano hoje, se a China é socialista ou capitalismo de estado, quais os destinos possíveis dos países emergentes da periferia do capitalismo, como a questão regional se manifesta nos vários países hoje em dia, etc.

12. Brasil hoje: potência regional ameaçada

A contra-revolução dos governos Collor e FHC (1990-2002) interrompeu a rápida ascensão do Brasil como potência regional, mas o governo Lula (2003-2010) reassumiu a política de crescimento econômico e combateu a escalada do imperialismo norte-americano na América do Sul, rejeitando o NAFTA e fortalecendo o Mercosul. Note-se que durante a primeira década do século XXI outros países da região, desde a Venezuela ao norte até a Argentina ao sul, igualmente reagiram à dominação imperialista, mas outra onda contra-revolucionária voltou a assumir a ofensiva nos últimos anos. Como explicar a contra-revolução Collor-FHC e seu papel destruidor? Como explicar o governo Lula e a retomada da industrialização? Como explicar a onda contra-revolucionária atual? Estas três perguntas têm como denominador comum o aguçamento dos conflitos entre os EUA e o Brasil, como se assinalou linhas acima. Os interesses dos bancos norte-americanos e os interesses industriais brasileiros, que haviam se conjugado no pacto de poder da Revolução de 1930, começaram a se esgarçar e se dissociar no final dos anos 1970. Durante a ditadura militar, a industrialização brasileira se completou com o fortalecimento da mecânica pesada (Villares, Bardella, Mafersa, etc) e da engenharia pesada (Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, etc) que substituíram importações e se expandiram também com

exportações crescentes para os mercados da América Latina, África, Oriente Médio, etc, concorrendo econômica e geopoliticamente com os EUA.

Vale a pena assinalar a pequena divulgação que teve o relatório norte-americano do "Comitê de Santa Fé", entregue em 1980 ao Conselho de Segurança Interamericano (Washington-DC), intitulado "Uma nova política Interamericana para os anos 80" onde o governo J. Carter foi violentamente criticado pela distensão com URSS, Cuba, Panamá, etc. O relatório começa com a afirmação agressiva de que "War not peace, is the norm in international affairs" publicado no Brasil com o título "Documento secreto da política Reagan para a América Latina", 1981.

Assim sendo, estava na ordem das possibilidades a suspensão dos empréstimos norte-americanos ao governo brasileiro, provocando a interrupção das obras do metrô de São Paulo, da ferrovia do aço, da usina de Tucuruí e outras, resultando na grave crise econômica nos primeiros anos 1980, no governo Figueiredo. Como a suspensão dos empréstimos estrangeiros acabou ocorrendo, tratava-se de saber qual a alternativa para que aquelas obras tivessem sequência, dando continuidade ao crescimento econômico brasileiro.

A alternativa foi proposta com muita antecedência e pouquíssima divulgação por Ignacio Rangel, que vinha estudando a questão financeira sob o capitalismo desde os anos 1930, quando estava exilado em São Luís do Maranhão. Por isso, colocou o problema do financiamento das empresas públicas nascentes perante a assessoria econômica de Getúlio Vargas nos anos 1950, sobretudo para J. Soares Pereira. Com esta bagagem intelectual, deu entrevista à revista Veja (6/X/1976), durante o governo Geisel, enfatizando que os setores prioritários eram de fato o metrô, as ferrovias, as comunicações, o petróleo, etc. Todos dependentes de captação de recursos. Ignacio Rangel lembrou que o metrô de São Paulo havia começado com recursos fiscais e empréstimos estrangeiros, que estavam chegando ao limite e por isto propunha que estas atividades recebessem recursos pela via da concessão dos serviços às empresas privadas, sem comprometer o caráter público das indústrias e dos serviços. Logo depois, com a independência, audácia e o compromisso político de sempre, participou com outros economistas do painel "Perspectivas do quadro econômico social", onde expôs sua análise da crise que se avizinhava e suas propostas para enfrentá-la, sem que fossem discutidas por P. Malan, M. C. Tavares, R. Saturnino Braga, L. C. Bresser Pereira e outros, que como vaidosas celebridades, preferiram esperar o retorno da democracia para depois se manifestarem ("Painéis da crise brasileira: tomo II", 1979).

No referido painel, Ignacio Rangel abordou: 1) a questão do financiamento dos serviços públicos estrangulados e indispensáveis ao crescimento econômico; 2) o problema da migração descomunal de trabalhadores do campo para as cidades; 3) a necessidade de garantir mercados às exportações industriais brasileiras; 4) a questão crucial de um novo pacto de poder, liderado pela indústria brasileira, o famoso "tripé" em condições de alavancar os bancos nacionais, em substituição aos bancos norte-americanos. Não é preciso dizer que os demais participantes, salvo exceções, não entenderam, não gostaram e não debateram, como continuou

acontecendo nos anos seguintes em relação aos artigos de Ignacio Rangel na imprensa brasileira. O ápice da omissão ocorreu em meados dos anos 1980 quando dirigiu uma carta-aberta à M. Conceição Tavares e a Roberto Campos, sobre a gravidade da crise em andamento, sem obter nenhuma resposta. Como o imperialismo norte-americano tinha sua pauta econômica para o Brasil e para toda a América Latina, a tragédia Collor-FHC estava anunciada.

Vale a pena insistir no fato de que Ignacio Rangel percebeu que o modelo de substituição de importações industriais, fundamental para o impressionante crescimento econômico de 1930 a 1980, havia completado seu ciclo vital. Por isto havia necessidade de encontrar um novo modelo econômico que desse continuidade ao crescimento brasileiro: 1) abrindo a economia de dentro para fora, como fez a China, e não como Collor-FHC, de fora para dentro, provocando destruições; 2) enfrentando a gigantesca desigualdade social, com a distribuição de micro-lotes camponeses nas áreas de agricultura capitalista em expansão.

O processo de abertura comercial havia começado durante a ditadura militar, inicialmente com exportações de bens de consumo simples, tecidos, calçados, móveis, etc, seguidas de outras exportações e completadas, por último, com exportações de tornos mecânicos, automóveis, armamentos, serviços de engenharia pesada em rodovias, ferrovias, aeroportos para o Irã, Iraque, Argélia, etc. em troca de petróleo. Ficou conhecida a construção de hidrelétricas em Angola pela Odebrecht com a contrapartida em petróleo. Esta política econômica vitoriosa teve continuidade durante o governo Figueiredo, quando Delfim Netto promoveu duas minidesvalorizações e alavancou exportações da WEG, Embraco, Randon, Embraer, entre outras, projetando estas empresas internacionalmente.

A desigualdade social brasileira, uma das maiores do mundo, foi agravada pelo processo de industrialização que não necessitou de reforma agrária, e mais ainda quando passou a ser de capital-intensivo nas suas últimas etapas, incapaz de absorver a migração rural multiplicada pela mecanização da agricultura. Para Ignacio Rangel, desde muito tempo, havia necessidade de fixar os boias-frias das safras nos micro-lotes de trabalho familiar nas entressafras. Além de elevar a renda destes trabalhadores rurais haveria também uma diminuição na queda dos salários urbanos provocada pelo crescente desemprego. Essa proposta concreta foi adotada apenas por J. Lerner em Curitiba e estendida por todo o Paraná, com centenas de vilas rurais. Recentemente, foi posta em prática na Bahia pelo governo Jaques Wagner, com distribuição de algumas cabras por família.

Entretanto, o imperialismo norte-americano tinha outros planos para o Brasil e demais países periféricos. Assim, economistas neo-liberais foram mobilizados e se assanharam, como P. Arida (“Dívida externa, recessão e ajuste estrutural”, 1983), A. Lara Resende e Chico Lopes, da PUC-Rio de Janeiro, que inventaram a “inflação inercial”, usando cálculos econométricos e efeitos pirotécnicos (“Inflação inercial, hiperinflação e desinflação”, artigo pequeno, mas com 33 títulos bibliográficos), como assinalou Ignacio Rangel (Folha de São Paulo, 24/5/1985). Repetindo a trágica aliança montada por C. Furtado no Plano Trienal do governo Jango, que ajudou o golpe de 1964,

economistas da Unicamp, Bresser Pereira e outros deslumbrados se aliaram aos neo-liberais da PUC-Rio propondo o congelamento de preços, como criancinhas de primeiro ano primário. Os congelamentos fracassaram um atrás do outro, inclusive os do governo Collor, diante da resistência dos cartéis de cimento, eletrodomésticos, pneus, etc. Para quebrá-los era necessário escancarar o mercado interno aos cartéis internacionais, como fez o Plano Real, com âncora cambial, semelhante à âncora cambial argentina: isto é, dólar barato provocando invasão dos importados e quebradeira de empresas nacionais.

Esta tragédia foi antecipada por P. Anderson ("Balanço do neoliberalismo", 1995) ao relatar a opinião de um consultor do Banco Mundial em visita ao Brasil em 1987: "precisamos de uma hiperinflação para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica". Naquele ano de 1987 o Brasil registrou saldo positivo na balança comercial de 11,2 bilhões de dólares e saldo negativo na balança de serviços de US$ 12,7 bilhões, em situação externa saudável, mas em 1997, durante o governo FHC, a balança comercial foi deficitária em US$ 8,4 bilhões e a balança de serviços foi deficitária em US$ 27,3 bilhões. Naquela época, o grupo Votorantim já havia desempregado 20 mil funcionários e A. Ermírio de Moraes criticava o governo FHC. O grupo Villares, a escola da mecânica pesada brasileira, já havia quebrado, assim como Metal Leve e outras. As privatizações, as falências, o desemprego brutal foram retratados em branco e preto não por cientistas sociais, mas pelo brilhante jornalista Aloysio Biondi ("O Brasil privatizado", 2014).

As destruições neo-liberais impostas pelos EUA em toda a América Latina e na África foram as razões das vitórias dos candidatos nacionalistas. No Brasil, a vitória de Lula permitiu o avanço da construção naval, das refinarias e as descobertas de petróleo no pré-sal. Por outro lado, o bolsa família, as cisternas e a luz para todos realizaram importante distribuição de renda no Nordeste e em outras regiões e com o dólar valorizado de 2003 a 2006 as exportações industriais foram alavancadas, mas acabaram perdendo o fôlego pela falta de uma política cambial competente. Assim, acabou ocorrendo uma contínua desvalorização do dólar, que chegou a limites desastrosos no final do governo Dilma, com desindustrialização e queda do crescimento econômico.

A discussão acadêmica, com inúmeros atores e atrizes, como E. Bacha e M. Bolle ("O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate", 2013) virou uma verdadeira farsa teatral. Não levou em conta o fato chocante de que a indústria brasileira havia representado 3,47% do total mundial em 1995 e havia caído para 2,85% em 2005 e para 1,84% em 2016, despencando da 5a posição para a 7a e depois para a 9a posição mundial, com tendência a cair mais, conforme dados da ONU ("A indústria pode deixar o grupo das 10 maiores", Estadão 16/X/2017). O insuspeito economista A. C. Pastore assinalou que entre 1980 e 2016 a nossa renda per capita caiu de pouco mais de 40% da norte-americana para 25%, enquanto a da Coreia do Sul subiu de 20% da norte-americana em 1980 para quase 70% em 2016, e lembrou ainda da ascensão da China, Índia e Turquia, usando dados do FMI ("O crescimento brasileiro em relação ao mundo", Estadão 20/3/2018).

Como todos deveriam saber, o destino do Brasil e da América Latina não está pré-determinado. A verdade é que a vitória dos presidentes nacionalistas se tornou intolerável para os EUA e para os líderes reacionários apeados do poder nos primeiros anos do século XXI, que trataram de se reorganizar. Reuniram-se em Assunção em 2010, logo após o golpe que derrubou o presidente Lugo e em Atlanta (EUA), em 2012 e decidiram desmoralizar os líderes populares, com acusações de corrupção e outras mais, mobilizando parlamentares, o judiciário e principalmente a mídia (Globo, Clarin, etc), como denunciou M. Pichardo, da República Dominicana, para o jornalista A. Barrocal ("Trama sinistra", Carta Capital, 24/1/2018).

A volta recente da brutalidade neoliberal tem provocado reações populares vigorosas em vários países latino-americanos e no Brasil tem projetado a provável vitória de Lula na eleição presidencial de 2018 e a imediata adoção permanente de uma política cambial que promova exportações maciças, como aquelas dos primeiros anos 1980, que tiraram rapidamente o Brasil da crise, e que ajudarão a restabelecer a indispensável soberania nacional.

13. O crescimento nacional e o desenvolvimento regional

Desde Humboldt e Ritter a geografia estuda toda a superfície da Terra, tentando decifrar os fenômenos da natureza e da sociedade. Para cumprir esta tarefa enorme é obrigada a reconhecer as diversas escalas nas quais estes fenômenos se manifestam. Desde a Antiguidade os gregos haviam percebido que a natureza tem uma delimitação mais ampla em zonas climáticas, mas também constataram uma delimitação menor e muito importante no que se refere às planícies fluviais e às áreas montanhosas, claramente visíveis no Mediterrâneo. Observações importantes, que ajudaram a orientar os estudos sobre a natureza realizados posteriormente.

Com a expansão do capitalismo as diferentes sociedades humanas espalhadas pelo mundo foram sendo conectadas e assim foi possível ir reconhecendo nos últimos séculos a existência de uma escala mundial, além de escalas nacionais e regionais como espaços distintos, mas interligados. Nas últimas décadas a geografia tem dado maior atenção à escala regional, de maneira defensiva e equivocada, pois o nível mundial e o nível nacional operam com um grau maior de autonomia do que o nível regional. Na verdade existem ciclos de acumulação mundiais e ciclos de acumulação nacionais, que foram sistematizados didaticamente por J. Schumpeter ("Business Cycles", 1939), mas não existem ciclos de acumulação regionais.

Desde a primeira revolução industrial inglesa os ciclos longos mundiais têm nascido nos países capitalistas centrais e têm duração de cinquenta anos aproximadamente, com fases expansivas que provocam maior internacionalização no centro e na periferia e fases recessivas que dão origem às políticas protecionistas nacionais. Assim, os países periféricos registravam "crescimento para fora" nas fases de internacionalização e

“crescimento para dentro” nas fases protecionistas, como apontou R. Prebisch (“Estudio económico de la América Latina”, 1948). O Brasil reagiu melhor a estes estímulos do que a Argentina e assim nossa distância em relação ao centro do sistema capitalista foi diminuindo desde a Independência até 1980.

Os ciclos de acumulação nacionais ocorrem em todos os países capitalistas centrais e nos países periféricos que foram se industrializando, como o Brasil, e têm duração aproximada de dez anos, com fases expansivas e recessivas. No centro como na periferia os ciclos provocam desequilíbrios entre produção maior e consumo menor, o que levou os economistas a buscarem políticas anti-cíclicas, reforçando o consumo. Mas é importante assinalar que o ciclo longo atual teve o início da sua fase depressiva com as crises do petróleo dos anos 1970, mas seu funcionamento alterado pela política econômica dos EUA desde R. Reagan.

Entretanto, se o fenômeno regional não tem a mesma importância que os fenômenos mundiais e nacionais, é conveniente não subestimar o papel das regiões na vida dos países. O fenômeno regional é sem dúvida manifestação da divisão territorial do trabalho no interior das nações, com bases naturais e econômico-sociais, e por isto mesmo também uma manifestação dos interesses em jogo das diferentes regiões que compõem a nação e por isto tem um papel político importante frente aos problemas que afetam a vida nacional. Deve-se acrescentar que para melhor entendê-las é preciso considerar as dimensões dos territórios nacionais, continentais ou pequenas. Isto torna o fenômeno regional no Brasil diferente das regiões no Uruguai ou na França, ou o fenômeno regional nos EUA ou na Rússia diferente daqueles que ocorrem na Geórgia ou na Armênia. Os espaços regionais também são diferentes comparando países centrais com os periféricos, sobretudo as extensões agrárias, que são mais cristalizadas nos EUA ou no Canadá, comparativamente aos espaços mutantes do Brasil ou da Argentina.

Vale a pena relembrar que as dimensões continentais do Brasil e dos EUA permitiram a gestação dos cinturões agropecuários da teoria de Von Thünen, assim como a consolidação das chamadas “Metrópoles de equilíbrio” na rede de cidades, que não vingaram na França, onde a teoria foi elaborada nos anos 1960. Nossa dimensão continental permitiu a migração da cafeicultura do norte do Paraná para Minas Gerais, Bahia e outros estados, assim como a extensão descomunal dos plantios de soja, favorecidos pelas pesquisas da Embrapa e pelas condições do relevo e do clima, que garantem atualmente safras mais competitivas do que as norte-americanas, como assinalou J. Sidnei Gonçalves (“Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira”, 2011).

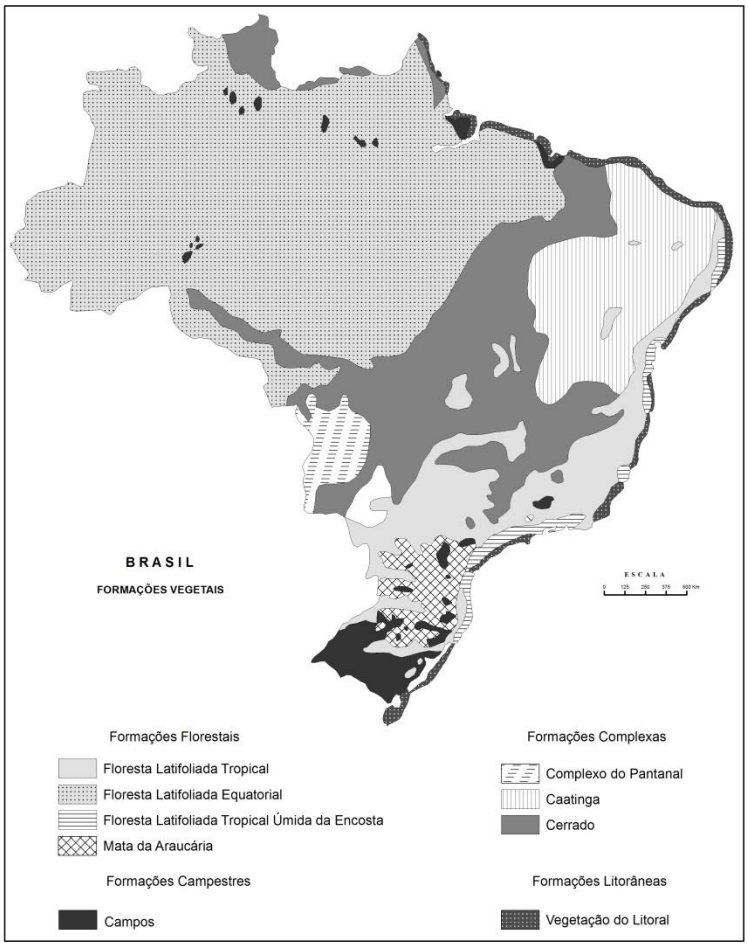

Fig. 5 – A. Barbosa de Oliveira (Estudos brasileiros de economia, 1946), engenheiro e interessado na regionalização do Brasil, e inúmeros geógrafos, perceberam que as áreas clímato-botânicas constituíram a melhor base para os estudos de geo-sistemas, como a divisão litoral, agreste e sertão estudados pelos geógrafos nordestinos.

O setor agro-pecuário brasileiro é competitivo com qualquer taxa de câmbio, o que naturalmente não é o caso do setor industrial, gravemente prejudicado pela política cambial imposta pelo imperialismo norte-americano desde o Plano Real e que não foi devidamente corrigida pelos governos do PT. Isto nos coloca de volta ao papel das regiões brasileiras nas conjunturas críticas da vida nacional. Basta relembrar o papel do sertão do Nordeste na consolidação da Independência do Brasil, assim como do papel do Rio Grande do Sul na liderança da Revolução de 1930.

Com a política cambial destruidora do governo FHC desapareceram empresas brilhantes como Villares, Cofap, Metal Leve, Mafersa, etc, o que acabou levando à eleição de Lula, cujo governo foi elogiado por empresários nacionalistas como A. Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, A. Kasinsky entre outros, pois assim como Getúlio Vargas no passado, Lula passou a liderar os interesses nacionais e populares. Hoje em dia, o Brasil está polarizado entre o Nordeste popular e nacionalista e o Sul crescentemente reacionário, onde os “lava-jatistas” reinam impunes, por enquanto, na tarefa de destruir as dinâmicas empreiteiras e a indústria de carnes, que são a cara do Brasil brasileiro. Estas figuras insignificantes, teleguiadas pela TV Globo e pelo imperialismo norte-americano, estão com os dias contados e como outros entreguistas estão destinados a desaparecer.